

# INDICE

Explicação necessária . . . . .	
A Construção do Estado de Direito em Portugal (Considerações sobre o caso Rosa Coutinho) . . . . .	3
I – Deliberação do Conselho Superior de Disciplina da Armada . . . . .	11
II – Decisão do Chefe do Estado Maior da Armada . . . . .	15
III – Alegações do recurso para o Supremo Tribunal Militar interposto pelo Almirante Rosa Coutinho . . . . .	17
IV – Alegações do recorrido – Chefe do Estado Maior da Armada . . . . .	41
V – Alegações do Promotor de Justiça, junto ao Supremo Tribunal Militar . . . . .	57
VI – Parecer . . . . .	67
1. A natureza jurídica da deliberação do Conselho Superior de Disciplina . . . . .	68
2. O sistema punitivo-disciplinar no Regulamento de Disciplina Militar . . . . .	74
3. O desvio do poder no acto do Chefe do Estado Maior da Armada . . . . .	82
4. Violação da lei no acto recorrido. . . . .	86
5. Conclusões . . . . .	87
VII – Alegações do recorrente Almirante Rosa Coutinho para fins do art. 444 do Código de Justiça Militar . . . . .	89
VIII – Acórdão do Supremo Tribunal Militar . . . . .	103